

INTERVENÇÃO MEDIADA POR PARES COMO PRÁTICA BASEADA EM EVIDÊNCIA PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO

RENATA OLIVEIRA CRESPO¹; SÍGLIA PIMENTEL HÖHER CAMARGO²

¹Universidade Federal de Pelotas - UFPel – reecrespo@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas -UFPel – sigliahofer@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) podem apresentar déficits em duas áreas do desenvolvimento, comportamento e na comunicação/interação social (APA, 2014). O nível de comprometimento em cada área varia a cada caso, porém uma intervenção precoce potencializa ganhos que o indivíduo levará para toda sua vida. O transtorno tem sido diagnosticado com maior frequência e as razões ainda não são claras, porém pode-se supor que o maior conhecimento do TEA e as mudanças no diagnóstico contribuíram para isso (SCHIMIDT, 2017).

O TEA tem recebido maior visibilidade ao longo do século XXI, especialmente no aspecto legal. Uma vez que o âmbito jurídico garante o acesso ao sistema regular de ensino às crianças com TEA, o grande desafio do sistema educacional é garantir que o ensino ofertado seja de qualidade. As Práticas Baseadas em Evidências (PBE), na área educacional, são práticas pedagógicas que podem potencializar o aprendizado dos estudantes, pois apresentam resultados consistentes em estudos de elevado rigor e qualidade científica (AGUIAR et al., 2011).

A busca por PBE disseminou-se durante os anos 1990, especialmente na psicologia e outras ciências humanas, avançando na área da educação no início do século XXI, particularmente nos Estados Unidos durante a revisão do seu sistema público de ensino (MESIBOV, SHEA, 2011). Os autores relatam ainda a importância da PBE ao negar especulações como a possibilidade do TEA ser causado por uma patologia dos pais. Até os dias de hoje não se reconhece a etiologia do TEA, por isso não tem cura e o tratamento é através de equipe multidisciplinar.

Em relação aos estudos envolvendo o TEA, o desenvolvimento de PBE apresentou dificuldade em padronizar critérios de pesquisa, como critérios para inclusão/exclusão, padronização do ambiente e inclusive a aceitação de estudos de caso único, que atualmente tem sua validade reconhecida (WONG et al., 2013). Atualmente, Johnson et al., (2018) relatam que apesar dos Estados Unidos já promoverem a utilização de PBE nos ambientes educacionais inclusivos, estudos apontam que menos de 10% das práticas implementadas pelos professores são baseadas em evidências. Não há dados sobre a realidade brasileira, mas estima-se que este índice seja muito menor.

Reconhecendo a importância de difundir as PBE para a aprendizagem de alunos com TEA e as individualidades que o transtorno apresenta, Johnson et al., (2018) definem critérios para que as práticas possam ser “traduzidas” para professores e familiares evitando o acesso das informações somente aos

pesquisadores. Neste cenário, foram criados critérios para que as descobertas científicas se tornem intervenções úteis à sociedade, são eles: descrição clara dos princípios e valores da prática; critérios claros de inclusão e exclusão de participantes, mostrando quem tem maior probabilidade de se beneficiar desta prática; descrição dos elementos centrais que identificam quando a prática for implementada; descrição das atividades centrais que tornam o programa possível de ser ensinado, aprendido e posto em prática; os meios de avaliação do desempenho dos participantes e; evidências da relação entre o que foi implementado e os resultados obtidos.

O objetivo desta investigação foi apresentar a Intervenção Mediada por Pares (IMP) como PBE que possa ser adotada no sistema regular de ensino para que crianças com TEA e seus pares se beneficiem da convivência mútua, desenvolvendo-se integralmente, tanto no aspecto social como acadêmico.

2. METODOLOGIA

Foi realizado uma pesquisa bibliográfica sobre Intervenções Mediadas por Pares como Práticas Baseadas em Evidências (PBE) para Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), afim de apresentar os tipos de IMP. Dentre as práticas encontradas, foram analisadas aquelas direcionadas ao sistema regular de ensino.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Intervenções mediadas por pares têm sido utilizadas para o desenvolvimento de habilidades sociais e acadêmicas de crianças com TEA. As habilidades sociais são fundamentais para qualquer pessoa e, normalmente, são adquiridas sem a necessidade de instruções específicas, porém crianças com TEA podem apresentar muitas dificuldades na aquisição destas competências (WHALON et al., 2015).

Uma possibilidade relatada com sucesso para o desenvolvimento destas habilidades é a Intervenção Mediada por Pares (IMP), na qual os pares são treinados a interagir com o colega com autismo e a dar suporte para que ele possa desenvolver suas competências. Na IMP os pares são o modelo de comportamento para o desenvolvimento de competências sociais e nas intervenções com foco acadêmico, os pares tornam-se mediadores das aprendizagens do aluno alvo, estimulando-os a desenvolver seu repertório de habilidades (RAMOS et al., 2018).

Odom (2019), apresenta três tipos de mediação por pares: a iniciação dos pares (indicada para a aquisição das competências sociais); a rede social de mediação pelos pares (indicada para o desenvolvimento de relações de amizade) e; o apoio dos pares (para o desenvolvimento de habilidades que não sejam necessariamente sociais).

A iniciação dos pares é recomendada para que a criança com déficit possa aprender as habilidades sociais necessárias para a interação social, esta abordagem é utilizada quando o aluno deseja a interação mas não se comunica adequadamente e, através desta intervenção ele passa a desenvolver as habilidades de iniciar e responder adequadamente a uma interação (MASON et al., 2014).

A rede social de mediação pelos pares se propõe a desenvolver relações de amizade entre alunos com déficit na área social e seus pares, estimulando a utilização das competências sociais em ambientes mais livres, aumentando a

possibilidade destes comportamentos serem reproduzidos em diversos contextos e com diferentes pessoas. Neste caso, um pequeno grupo de pares com desenvolvimento típico é formado para dar apoio à indivíduos com déficits nas habilidades sociais em diversos ambientes. (KAMPS et al., 2014)

O apoio de pares é uma estratégia usada para desenvolver habilidades acadêmicas, na qual um par assume o papel de tutor do aluno com déficit e adota estratégias definidas pelo professor para auxiliá-lo no desenvolvimento das habilidades necessárias. Apesar de Ryan, Reid & Epstein, (2004) apresentarem estudos que demonstram a eficiência desta abordagem tanto na educação especial como no sistema regular de ensino para alunos com deficiência, pouco se produziu sobre o tema especificamente para alunos com TEA.

Dentre os aspectos a serem levados em consideração para a implementação da intervenção estão: a escolha dos pares; o controle do professor sobre a intervenção; o contexto da atividade proposta; a generalização e a seleção do tipo de intervenção de acordo com os objetivos (ODOM, 2019). O autor também reforça os ganhos que os pares obtêm com este tipo de intervenção.

A implementação de IMPs ao longo da vida acadêmica da pessoa com TEA é muito importante, pois intervenções de curta duração não irão superar todos os desafios que as pessoas com autismo podem enfrentar nesta área. Por isso, sugere-se a implementação de intervenções desde o início da vida acadêmica do aluno, mantendo a ênfase nos pares ao longo da infância e adolescência (ODOM, 2019).

Ao longo deste estudo foi possível observar que o foco da IMP ainda tem sido prioritariamente a aquisição de habilidades sociais e o desenvolvimento de relações de amizade, havendo espaço para futuros estudos acerca do impacto de IMP na aquisição de habilidades acadêmicas através do apoio dos pares. Os estudos analisados apresentaram vasta literatura com resultados significativos, confirmando que a IMP é uma PBE e produz impacto nas habilidades sociais dos alunos com TEA.

4. CONCLUSÕES

Ao longo do processo de inclusão de alunos com TEA no sistema regular de ensino, muitas barreiras tiveram que ser superadas e, atualmente, o maior desafio é garantir educação de qualidade para estas crianças. Reconhecer a IMP como uma PBE estimula a popularização desta metodologia nas salas de aula, permitindo que os alunos com TEA desenvolvam suas habilidades sociais e acadêmicas e estimulando os pares com desenvolvimento típico a aprender mais sobre o colega com o transtorno, combatendo preconceitos e estereótipos que permitem o crescimento de todos os envolvidos, cumprindo uma característica da educação inclusiva, pois a inclusão não é apenas para o aluno com deficiência ou transtorno, a inclusão é para todos e dela todos se beneficiam.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, C.; MOITEIRO, A. R.; CORREIA, N.; PIMENTEL, J. S. Desenhos de investigação de sujeito único em educação especial. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 1, n. XXXIX, p. 167-178, 2011.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

JOHNSON, L. D.; FLEURY, V.; FORD, A.; RUDOLPH, B.; YOUNG, K. Translating Evidence-Based Practices to Usable Interventions for Young Children With Autism. **Journal of Early Intervention**, v.40, n.2, p. 158-176, 2018.

KAMPS, D., BOURQUE K. T., POWELL, L. H., SCHWATZ, N. R., MASON, R., COX, S. A Comprehensive Peer Network Intervention to Improve Social Communication of Children with Autism Spectrum Disorders: A Randomized Trial in Kindergarten and First Grade. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, New York, v. 45, p. 1809-1824, 2015.

MASON, R.; KAMPS, D.; TURCOTTE, A.; COX, S.; FELDMILLER, S.; MILLER, T. Peer mediation to increase communication and interaction at recess for students with autism spectrum disorders. **Research in Autism Spectrum Disorders**, v. 8, p. 334-344, 2014.

MESIBOV, G.; SHEA, V. Evidence-Based Practices and Autism. **Autism**, v. 15, n. 1, p. 114-133, 2011.

ODOM, S. L. Peer-Based Interventions for Children and Youth With Autism Spectrum Disorder: History and Effects. **School Psychology Review**, v.48, n.2, p. 170-176, 2019.

RAMOS, F. S.; BITTENCOURT, D. F. C. D.; CAMARGO, S. P. H.; SCHMIDT, C. Intervenção Mediada por Pares: Implicações Para a Pesquisa e as Práticas Pedagógicas de Professores com Alunos Com Autismo. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, n. 23, 2018.

RYAN, J., REID, R., EPSTEIN, M. H. Peer-Mediated Intervention Studies on Academic Achievement for Students with EBD. **Remedial and Special Education**. v. 25, n. 6, p. 330-341, 2004.

SCHMIDT, C. Transtorno do Espectro Autista: onde estamos e para onde vamos. **Psicologia em Estudo**, v. 22, n. 2, p. 221-230, 2017.

WHALON, K. J.; CONROY, M. A.; MARTINEZ, J. R. WERCH, B. L. School-Based Peer-Related Social Competence Interventions for Children with Autism Spectrum Disorder: A Meta-Analysis and Descriptive Review of Single Case Research Design Studies. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, New York, v. 45, p. 1513-1531, 2015.

WONG, C.; ODOM, S. L.; HUME, K.; COX, A. W.; FETTIG, A.; KUCHARCZYK, S.; BROCK, M. E.; PLAVNICK, J. B.; FLEURY, V. P.; SCHULTZ, T. R. **Evidence-based practices for children, youth, and young adults with Autism Spectrum Disorder**. Chapel Hill: The University of North Carolina, Frank Porter Graham Child Development Institute, Autism Evidence-Based Practice Review Group, 2013.